
A Contribuição da APAE na educação inclusiva da pessoa com deficiência em Tomé-Açu/PA

APAE'S contribution in the inclusive education of persons with disabilities in Tomé-Açu/PA

Leonilda Rodrigues Soares Henriques

Acadêmica do Curso de Pedagogia, IFPA, *Campus* Tomé-Açu. **Endereço:** Terceira rua, número 55, Bairro Tucano 2, Quatro-bocas - Tomé-Açu/PA. CEP.: 68680-000. **E-mail:** Leonilda288@gmail.com.

Natalia Correa Silva

Acadêmica do Curso de Pedagogia, IFPA, *Campus* Tomé-Açu.

Marta Coutinho Caetano

Professora de Pedagogia no IFPA, *Campus* Belém. Doutora em Ciências Socioambiental do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA).

Silber Luan dos Santos Bentes

Professor de Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - *Campus* Belém. Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física (UNINTER).

RESUMO

Caracterizada como uma organização social, cujo objetivo é promover a atenção integral às pessoas com deficiência, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) surgiu a partir da iniciativa das famílias de pessoas com deficiência que buscavam oferecer a seus filhos atendimentos de saúde e educação, em um momento em que este direito era negado pelo estado e quando sequer era ainda considerado um direito social. Nesse viés, esta pesquisa objetiva refletir sobre o trabalho desenvolvido na instituição e como este contribui para a promoção dos direitos, da autonomia e do desenvolvimento da pessoa com deficiência no município de Tomé-Açu/PA. Para isso, foram realizadas entrevistas com duas mães de alunos da APAE Tomé-Açu e uma professora da instituição. A análise dos dados mostrou que a APAE Tomé-Açu possui grande relevância na promoção da reabilitação e autonomia dos alunos, bem como na promoção de maior qualidade de vida para seus atendidos e suas famílias. Todavia, a instituição possui limitações e dificuldades financeiras, havendo a necessidade de maiores incentivos por parte do governo, de modo a ampliar os serviços oferecidos e melhor garantir às pessoas com deficiência de Tomé-Açu/PA.

Palavras-chave: Deficiência. Inclusão. Educação Especial.

ABSTRACT

Characterized as a social organization, whose objective is to promote comprehensive care for people with disabilities, the Association of Parents and Friends of the Handicapped (APAE) emerged from the initiative of families of people with disabilities who sought to offer their children health care and education, at a time when this right was denied by the state and when it was not even considered a social right. In this bias, this research aims to reflect on the work carried out at the institution and how it contributes to the promotion of rights, autonomy and development of people with disabilities in the municipality of Tomé-Açu/PA. For this, interviews were conducted with two mothers of students from APAE Tomé-Açu and a teacher from the institution. Data analysis showed that APAE Tomé-Açu has great relevance in promoting the rehabilitation and autonomy of students, as well as promoting a better quality of life for those assisted and their families. However, the institution has limitations and financial difficulties, with the need for greater incentives from the government, in order to expand the services offered and better guarantee people with disabilities in Tomé-Açu/PA.

Keywords: Disability. Inclusion. Special education.

INTRODUÇÃO

A APAE Tomé-Açu é uma instituição não governamental de iniciativa privada e tem como missão promover e articular ações para a defesa dos direitos de pessoas com deficiência visando propiciar inclusão social.

Assim, a pesquisa se dedica a discutir e analisar o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Tomé-Açu/PA. A escolha deste tema surgiu de experiências profissionais vivenciadas pelas autoras na APAE de Tomé-Açu/PA, onde foi possível ter acesso ao trabalho desenvolvido pela instituição e aos desafios socioeducacionais enfrentados pelos alunos/usuários e seus familiares.

Estes desafios podem ser tanto de ordem material, como a falta de infraestrutura básica no espaço físico de algumas escolas da rede ensino regular, como também de ordem social, como o preconceito que ainda enfrentam as Pessoas com Deficiências (PCD) e suas famílias na sociedade, o que é percebido em nível institucional, pela percepção da falta de políticas públicas voltadas para a inclusão social, acessibilidade e promoção de saúde para esse público.

Neste contexto, a rede APAE propõe atendimentos em diversas áreas como educação, assistência social e saúde. Os atendimentos oferecidos abrangem o desenvolvimento das habilidades básicas dos atendidos,

tudo isso pautado na promoção de um atendimento educacional especializado e funcional, no fortalecimento de vínculos, bem como atendimentos terapêuticos (BENEDICTIS, 2017).

Ponderamos, para pesquisas que contribuam para o avanço do processo educacional nestas instituições visando a participação da sociedade nessa construção, tendo em vista que, a educação é direito de todos, sendo dever do Estado e da família, como consta no Art. 205 da Constituição Federal, o qual afirma que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Neste sentido, este trabalho pesquisou as atividades desenvolvidas na APAE Tomé-Açu na promoção da autonomia, inclusão social, defesa de direitos, e o acesso às políticas públicas da pessoa com deficiência no município, compreendendo os atendimentos realizados, descrevendo como estes influenciam no bem-estar dos atendidos e suas famílias.

As referidas informações foram averiguadas por meio de entrevista a percepção de um professor e dos responsáveis pelos alunos acerca da importância da APAE, além de analisar os documentos oficiais, leis e estatutos sobre as Pessoas com Deficiência.

INSTITUIÇÕES PRIVADAS FILANTRÓPICAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o Banco Mundial (BM) passou a recomendar para os países em desenvolvimento o aumento de sua tributação, visando sustentar a expansão dos serviços sociais que estes ofereciam, logo na década seguinte, em 1980, tanto o BM quanto o FMI (Fundo Monetário Internacional) perceberam que esta tática seria inviável para estes países. Logo, a solução que restava diante das restrições orçamentárias era transferir a educação e outros direitos sociais para o setor privado (KLEES; EDWARDS Jr, 2015).

A LDBEN de 1961 estabelecia que a educação especial deveria, no que fosse possível, se dar no sistema geral de educação, e mantendo o apoio às instituições especializadas, mediante o incentivo por bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).

A Constituição de 1988, por sua vez, que por um lado afirma que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo, também diz que o seu oferecimento pode vir da iniciativa privada. A Lei permitia os recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas (SAVIANI, 2011).

Logo, o setor público se beneficia e aprova a intervenção do setor privado na educação, incentivado por meio da legislação. Para Mendes (2019), existem três principais críticas que incidem sobre a responsabilização da educação das pessoas com deficiência às instituições privadas, sobretudo as filantrópicas, e são elas:

A) Desresponsabilização da escola pública regular e do estado pela educação que deveria ser ofertada a esta parcela da população. O que leva à crença de que a educação das pessoas com deficiência não é uma questão de direito constitucional, mas sim uma simples caridade (ou favor).

B) Potencialização da segregação, que alimenta a discriminação, o preconceito, a marginalização e exclusão.

C) Mascara-se finalidades assistenciais e educacionais, o que não promove o desenvolvimento pessoal e inserção social e profissional.

AS SOCIEDADES PESTALOZZI

Ao analisar a história da Educação Especial no Brasil, o descaso do poder público e das desigualdades que historicamente marcam este direito, percebe-se que a educação desse público foi assumida, em um primeiro momento, pela sociedade civil, por meio de ações filantrópicas (SANTOS et al., 2015). Neste contexto a atuação de organizações especializadas filantrópicas no Brasil, organizadas pela elite instruída possuía o apoio político para suas ações. Estas instituições foram criadas com maior intensidade na década 1930, destacando a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1934), a grande pioneira deste movimento, liderada pela educadora russa Helena Antipoff junto a autoridades da capital mineira (RAFANTE, 2011).

A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais constituiu um verdadeiro

modelo de atendimento para pessoas com deficiência em espaço segregado, e propiciando atendimento nas áreas educacional, social, médica e terapêutica (JANUZZI; CAIADO, 2013). Na época, o conceito de “excepcional” era adotado pelas sociedades Pestalozzi, visando incluir crianças, adolescentes e demais pessoas maiores de idade que se desviasse acentuadamente em relação às características mentais, físicas ou sociais, de modo a criar um problema para a sua educação, desenvolvimento e ajustamento social (ESTATUTO DA APAE, 1954).

É importante destacar a participação das famílias na implementação das políticas públicas para os ditos “excepcionais”. As sociedades Pestalozzi já implementavam desde a sua fundação assistência social para os pais e às famílias de seus atendidos. Afinal, o envolvimento dos pais sempre foi muito forte e ativo, o que consistiu na construção de um terreno fértil para a criação de associações de pais (RAFANTE; MELO, 2018).

Essas associações receberam forte influência do movimento americano, pois nos Estados Unidos os pais já se organizavam fortemente em suporte aos seus filhos excepcionais, na luta pelo direito à educação formal ou tratamento. Todavia, os pais americanos se organizavam de forma mais separada, por tipo de deficiência, ao passo que no Brasil a organização foi única, influenciada pelo trabalho de Helena Antipoff nas sociedades Pestalozzi (BEMIS, 1954).

A partir dessa ideia, delineou-se a base para a construção do que futuramente seria a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que viria a focar nos encaminhamentos das questões relacionadas aos excepcionais, por meio de um programa que precisaria de uma organização que reunisse os pais e os amigos de todas as crianças consideradas excepcionais, dando origem a APAE.

AS APAES NO BRASIL

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE foi criada em 1954, no Rio de Janeiro, e, atualmente, se faz presente em 38% dos municípios brasileiros, totalizando cerca de 2170 associações, coordenadas por 24 federações estaduais, vinculadas a um órgão maior, a Federação Nacional das APAEs, constituindo a Rede APAE, que, somada à força mobilizadora dos pais e mães das pessoas com deficiência, dos simpatizantes da causa e das próprias pessoas com deficiência, denomina-se Movimento Apaeano (MELLETTI, 2006).

No Brasil, as APAEs são reconhecidas como o lugar da “deficiência mental”, ou seja, há um consenso generalizado entre a população leiga e até mesmo entre os especialistas da área médica, psicológica e educacional de ser esse o espaço adequado para receber as crianças com deficiência intelectual (MELETTI, 2006).

O Movimento Apaeano consiste em um dos maiores movimentos

assistenciais privados da América Latina, que se destina a prestar um complexo de serviços às pessoas com deficiência (SILVA, 1995). Ao longo da história da política educacional brasileira, as ações das instituições especializadas, como as APAEs, tornaram-se hegemônicas, levando-se à concepção de que o melhor espaço para esse atendimento é a entidade filantrópica. A legislação brasileira, fruto do embate de forças políticas, garante, até hoje a essas entidades, a tarefa de prestar serviços ao público com deficiência intelectual, assegurando financiamento e convênios com o Estado (RAFANTE *et al.*, 2019).

De acordo com o Estatuto das APAEs (APAE, 1954) o termo “excepcional” é interpretado de maneira a incluir crianças, adolescentes e adultos, que se desviem acentuadamente para cima ou para baixo da norma do seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação de mais de uma delas, de forma a criar um problema especial com referência a sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

Foi em 1962 que foi criado um órgão nacional que seria a maior rede de apoio às pessoas com deficiência do Brasil, a APAE BRASIL ou Federação Nacional das APAEs (FENAPAES). Surgiu por iniciativa da APAE de São Paulo, que convidou as demais unidades do país para participar da Primeira Reunião Nacional das APAEs, realizada na Associação Paulista de Medicina, em novembro de 1962.

A FENAPAES possui por missão defender e garantir os direitos das pessoas que possuem impedimentos de ordem intelectual e múltipla, por meio de articulações com órgãos dos serviços de saúde, educação, inclusão do trabalho, diversas vezes em parceria com o Estado, visando sempre o desenvolvimento e a inclusão social deste público.

A relação que se estabelece hoje entre a APAE BRASIL e o Estado brasileiro corrobora com o pacto social previsto na Carta Magna de 1988, a qual preconiza que todos os cidadãos sejam titulares de direitos, tendo por primazia a efetivação do Estado e participação da sociedade (FENAPAES, 2020).

METODOLOGIA

Considerando que a metodologia deve se relacionar com os objetivos da pesquisa e a finalidade do projeto, esta pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória, pois visa descrever um fenômeno por meio da observação de diversos aspectos, o que proporcionará ao pesquisador mais familiaridade em relação ao objeto de estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A abordagem será qualitativa, pois dará conta de aspectos descritivos, característica que se relaciona ao procedimento utilizado, o estudo de caso. Pois como postula Yin (2001, p. 21) “como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

A UTILIZAÇÃO DE ENTREVISTAS

Esta pesquisa utilizou entrevistas semiestruturadas para coleta de dados para o estudo. Segundo Marconi e Lakatos (1996), a entrevista consiste em um encontro entre duas pessoas para que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação. O uso dessa abordagem, por se tratar de um instrumento flexível para a coleta dos dados, propicia diversas vantagens na investigação, pois os dados muitas vezes não se encontram em fontes documentais que sejam relevantes e significativas, além disso, a entrevista semiestruturada possibilita que se consigam informações mais precisas.

A principal vantagem da entrevista encontra-se na possibilidade de o pesquisador combinar perguntas abertas e fechadas, a partir das quais, ao se perceber que algum assunto necessita de mais atenção ou uma explicação mais detalhada, o pesquisador poderá intervir e conseguir mais informações (BONI; QUARESMA, 2005).

Em relação a sua estrutura física, o prédio é composto por 6 salas, as quais são: 1 diretoria; 1 secretaria; 1 sala de Atendimento Educacional Especializado/AEE; 1 sala de Educação de Jovens e Adultos/EJA; 1 sala de reabilitação; 1 sala de estimulação sensorial. Além dessas salas onde ocorre os atendimentos e gestão do espaço, a instituição possui ainda 1 refeitório; 1 cozinha; 2 banheiros; 1 pátio utilizado para atividades de educação

física e mais uma sala está sendo construída para ser a sala própria do artesanato (Figura 2).



Figura 1. Alunos realizando atividades de artesanato.

O quadro social da APAE de Tomé-Açu é formado por diversas categorias de associados, conforme mostra o seu Estatuto (APAE, 2007) entre eles: a) *contribuintes* (pessoas físicas que contribuem mensal, semestral ou anualmente em dinheiro); b) *beneméritos* (pessoas físicas, prestadoras de serviços para a instituição); c) *correspondentes* (colaboradores que residem em outra cidade, estado ou país); d) *honorários* (personalidades nacionais ou estrangeiras que tiveram destaque em contribuições à causa das pessoas com deficiência); e) *especiais* (pais, mães ou responsáveis de pessoas matriculadas nos programas de atendimento da APAE Tomé-Açu).

Existe ainda parceria com a prefeitura Municipal de Tomé-Açu, que é responsável por custear a merenda escolar e o pagamento dos funcionários. Recursos como energia, materiais de trabalho com os alunos, materiais de limpeza são oriundos

de doações. Há uma contribuição simbólica que é pedida mensalmente aos pais dos alunos, equivalente a R\$50,00 (cinquenta reais).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os dados das entrevistas realizadas com duas mães de atendidos da APAE e uma professora da instituição. Estes dados, por sua vez, fornecem informações

sobre os desafios enfrentados pelas famílias com suas crianças com deficiência e o quanto os atendimentos na APAE são benéficos para a saúde e bem-estar desses alunos e pais, em diálogo com a literatura.

Assim, o quadro a seguir traz uma breve caracterização dos entrevistados. Por uma questão ética não se utilizará os nomes deles, apenas as siglas M1, M2 e P1, para designar as duas mães e a professora, respectivamente (Quadro 1).

Quadro 1. Caracterização dos sujeitos entrevistados.

SIGLAS	IDADE (ENTREVISTADO)	IDADE DA CRIANÇA	DEFICIÊNCIA DA CRIANÇA	TEMPO NA APAE
M1	25	7	Síndrome de Down	3
M2	34	3	Autismo	2
P1	54	-	-	13

A primeira mãe entrevistada possui 25 anos e seu filho 7 anos, a criança é portadora de Síndrome de Down e frequentadores da APAE há 3 anos. A segunda mãe entrevistada possui 34 anos e a criança 3 anos, tendo como característica o autismo. A última entrevistada é a professora, esta tem 54 anos e atua há 13 anos na APAE.

ENTREVISTA 1: A PERCEPÇÃO DOS PAIS

As mães foram questionadas acerca da importância que a APAE tem para seus filhos e família, e a resposta de ambas sinalizou para a relevância da instituição:

M1: “Eu acho que é muito bom, pra mim, pra minha família e eu acho

que para as outras famílias que também estudam lá”.

M2: “A APAE é importante não só pra mim como pra ela por causa dos atendimentos especializados que ela tem lá. Pelo diagnóstico dela ter sido tardio, aí quando eu consegui a vaga pra ela na APAE ela tem os atendimentos necessários que ela precisa”.

M2 especifica os atendimentos multiprofissionais da APAE, e como isso contribui para o bem-estar de seu filho. A APAE oferece atendimento especializado, utilizando programas específicos destinados aos seus usuários, com profissionais e equipe técnica multidisciplinar, a fim de restabelecer e/ou atenuar as consequências da deficiência (BENEDICTICIS, 2017).

Quanto às melhorias para o

atendimento, a M2 respondeu que o quantitativo de profissionais na equipe não é suficiente, o que prejudica na frequência dos atendimentos: “Pra mim o que poderia melhorar na APAE era ter mais profissionais pra atender as crianças, pois são poucos né? “Fono” só tem uma, psicopedagogo, terapia ocupacional agora que entrou, então muitas crianças ficam de fora. Então hoje, assim, se tivesse dois “fonos”, duas “terapeutas ocupacionais” seria bem melhor porque as crianças não ficariam tanto tempo sem atendimento”.

Na APAE Tomé-Açu, de acordo com informações obtidas em campo com funcionários que trabalham na instituição e amparado pelas informações do próprio Estatuto interno, os funcionários são pagos pelo governo municipal. Esse tipo de parceria é visto em diversas outras APAEs pelo Brasil, mas em relação aos demais custos de funcionamento (energia, transporte, materiais pedagógicos, de limpeza e etc.), estes são custeados por recursos próprios, uma vez que as APAES, de modo geral, vivem de doações.

Gomes *et al.* (2016) também relataram dificuldade semelhante à precariedade de recursos da APAE, no entanto, isso não afeta a qualidade do serviço oferecido. Na APAE Tomé-Açu, conforme dito pelas mães a qualidade no serviço ainda se faz presente, e reflete no bem estar e desenvolvimento de seus filhos. Foi perguntado às mães quais as principais dificuldades de suas crianças, dentro de suas respectivas deficiências, ao que foi respondido:

M1: “a dele até agora é pra falar.

Essa é assim a maior dificuldade que eu “tô” achando, ele falar”.

M2: “Pra minha filha, a maior dificuldade dentro da deficiência dela que ela é autista, é a leitura, sobre a leitura ela tem bastante dificuldade, hoje nem tanto, mas já teve bastante dificuldade”.

As dificuldades citadas pelas mães foram nas áreas de linguagem e de leitura, ambas relacionadas direta ou indiretamente à comunicação. A limitação na comunicação e linguagem é bastante comum em diversos tipos de deficiência. Segundo Pinto (2015), a linguagem possui papel fundamental frente à socialização em sociedade, mas nem todos possuem competências de comunicação suficientes para possibilitar a sua interação com o meio.

No caso das pessoas com deficiência da APAE Tomé-Açu essas crianças são atendidas por profissionais da fonoaudiologia, visando restabelecer a comunicação e com isso melhoria na qualidade de vida e da interação social. Para Serapompa e Maia (2006), a comunicação verbal faz-se indissociável das situações concretas do dia a dia e entrelaça-se com a comunicação não verbal.

No que tange ao progresso das crianças no tratamento realizado na APAE Tomé-Açu, foi perguntado às mães desta pesquisa se estas perceberam melhora nos seus filhos após iniciar os atendimentos na instituição. Ao que foi respondido:

M1: “Sim, melhorou sim. A questão maior foi na parte da alimentação, porque ele não pegava de

jeito nenhum a colher.”

A autonomia nas atividades simples do dia a dia é um dos objetivos dos atendimentos oferecidos na APAE, entre elas a autonomia para se alimentar sozinho, que é uma das atividades mais básicas da sobrevivência.

Arthen (2017) defende que propiciar esta independência a pessoa com deficiência é fundamental, dado que a autonomia em si é uma construção cotidiana que vai se dando por meio de tomadas de decisões, vivências e realizações de escolhas cada vez mais complexas.

No entanto, a criança cujo desenvolvimento é comprometido por algum déficit não é necessariamente menos desenvolvida que as outras apenas se desenvolvem de uma forma diferente (VIGOTSKY, 2003). Outra pergunta direcionada às mães, com intuito de compreender o que, entre todos os serviços e atendimentos oferecidos na APAE, elas mais estimam, ao que elas responderam:

M1: “Pra falar a verdade, eu gosto de quase tudo lá. Não tem, assim, uma específica, entendeu? Quase todas as coisas que eles fazem lá é muito bom”.

M2: “Eu gosto do ensino lá, no caso, né? Assim... a minha filha ela foi bem atendida, ela é bem atendida lá, então ela tem os profissionais que ela precisa. Antes não tinha todos, mas hoje ela já tem todos os atendimentos que o médico encaminhou lá [...] **vários benefícios que facilitam o nosso dia a dia como mãe de crianças especiais**” [grifo nosso].

Nas falas referentes aos

atendimentos especializados e ao atendimento oferecido na APAE, considerado satisfatório, com destaque para o serviço de fonoaudiologia. M2 demonstra como sua vida e das demais mães é facilitada pelo trabalho desenvolvido na APAE com as crianças especiais.

A APAE oferece benefícios que se estendem não apenas aos atendidos, mas também influi positivamente na qualidade de vida das famílias dos usuários. Diversos estudos mostram como a dinâmica das famílias que têm filhos com deficiência é diferenciada daquelas que não possuem, e o modo como suas vidas são mais desafiadoras em vista das limitações e impactos advindos da deficiência (SILVA *et al.*, 2018; SANTOS *et al.*, 2019; MARTINEZ *et al.*, 2021; SOUZA; SOUZA, 2021).

De modo especial, as mães dessas crianças são um objeto de estudo à parte, quando se fala do cuidado com pessoas com deficiência e o quanto isso exige dedicação, e, muitas vezes, abdicação de planos de vida em detrimento dos cuidados necessários à criança com deficiência (SILVA *et al.*, 2019; DIAS *et al.*, 2021).

Assim, compreende-se a APAE como um espaço que pode oferecer aos filhos dessas mães certa independência, se não completa, ao menos parcial, o que já é significativo e pode refletir-se na melhoria da própria qualidade de vida dessas mães, que, ao terem filhos mais autônomos e menos limitados pelas particularidades da deficiência, podem assim ter parte de suas dificuldades minimizadas no

cuidado com os filhos.

Por meio do estudo da literatura, as APAES, de modo geral, surgiram da iniciativa dos pais e famílias dos alunos com deficiência, na tentativa de oferecê-los a educação e o atendimento negados durante muitos anos pelo poder público. Logo, as APAEs têm, desde sua gênese, uma relação intrínseca e forte com as famílias dos atendidos.

Considerando tal fato, foi perguntado às mães como era a relação de suas famílias com a APAE Tomé-Açu, ao que foi respondido:

M1: “Olha, como a minha família é muito boa, até hoje tá sendo muito boa. Se a gente tiver alguma dificuldade pra entender lá eles explicam, a Dona E explica, a Dona K também todas elas”.

M2: “Então, pra mim é muito bom. Sempre eles tentam manter a gente informado de tudo, qualquer dificuldade que a gente tenha a gente comunica com eles, sempre eles tentam ajudar a gente da melhor forma possível”.

Mendonça *et al.* (2013) falam sobre a magnitude que o apoio oferecido pela APAE tem para o amparo às famílias das pessoas com deficiência. Os autores afirmam como esse apoio é primordial, sobretudo ao considerar que o processo de adaptação das famílias que possuem crianças com deficiência à sociedade é muito mais complexo, o que faz necessário que estas famílias sejam acolhidas e que lhes seja oferecido serviços de apoio, como os da APAE.

ENTREVISTA 2: A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR

Considerando que a rede APAE trabalha não apenas com o oferecimento de atendimentos especializados, mas, com a educação para o público atendido, de forma paralela a educação regular, a escolarização de alunos com deficiência, bem como atividades de saúde, educação, assistência social, trabalho e lazer (JANUZZI; CAIADO, 2013), nesta pesquisa realizou-se entrevista com uma professora da APAE Tomé-Açu.

Assim, foi perguntada a P1, inicialmente, qual importância do seu trabalho para com os alunos, ao que foi respondido:

P1: “Eu acredito que a importância do nosso trabalho para os nossos atendidos é a questão da autonomia, a oportunidade pra eles que eles não têm em casa, que é fazer as coisas sozinho, ter autonomia pra ir ao banheiro só, autonomia pra lavar sua louça, pra ir pegar seu lanche, levar, essa autonomia que alguns não tem em casa, **porque tudo é entregue nas mãos e a maioria não faz**” [grifo nosso].

A professora chama a atenção para a oportunidade de proporcionar aos alunos a independência e autonomia para realizar as atividades comuns do dia a dia, relacionadas a alimentação e higiene. É apontado aqui o fato de os pais nem sempre proporcionarem isso a eles em casa, e acabam fazendo por eles atividades simples, não dando-lhes a oportunidade de fazer sozinhos.

De acordo com Campos (2006), a influência que a família de crianças com deficiência exerce sobre elas pode ser

determinante para possibilitá-los tanto a autonomia quanto a dependência. E os familiares, diversas vezes, são ambivalentes em relação aos cuidados com seu filho, ora superprotegendo ora impossibilitando sua autonomia, como nos casos citados por P1.

Estudos mostram como esse comportamento pode ser prejudicial para o desenvolvimento das crianças, sobretudo das que possuem deficiência. Vollet *al.* (2021) afirmam que isso priva as crianças da oportunidade de se desenvolverem como potência individual. Os autores discutem o modo como os pais, muitas vezes, fazem por seus filhos aquilo que eles já são capazes de fazer sozinhos. Assim, P1 demonstra entender como esse comportamento necessita ser mudado, para o bem dos alunos com deficiência. A professora esclareceu a questão da autonomia financeira que suas aulas de artesanato podem proporcionar aos atendidos, citando os benefícios das atividades manuais artísticas: “[...]é uma atividade importante porque além de trabalhar a possibilidade da autonomia financeira tem a possibilidade de trabalhar também a coordenação motora, a concentração, toda essa parte que o artesanato trabalha” (P1).

Foi perguntado à professora acerca de suas maiores dificuldades no dia a dia com os alunos/atendidos, ao que foi respondido

P1: “Eu vejo assim que é muito a questão da família porque eles dependem da família pra vir à APAE. Então essa é nossa maior dificuldade. A nossa maior vitória nesse momento

é o W. e a V. que já vêm sozinhos, eles vêm e voltam sozinhos pra suas casas. Então, pra um (aluno) autista ou intelectual isso é uma vitória muito grande, **eles cortarem esse cordão umbilical**. Esse primeiro passo” [grifo nosso].

Diversos autores apontam que a deficiência em si, nem sempre é um fator que gera incapacidade, o que é percebido pelo exemplo dado por P1, e também defendido por Souza (2018). Logo, faz-se necessário junto aos sistemas de saúde – seja público ou particular – buscar sempre que possível emancipar a pessoa com deficiência através da promoção de sua dignidade humana e exercício da sua autonomia existencial, uma vez que a deficiência, por si só, não consiste em causa de incapacidade (SOUZA, 2016; SOUZA, 2020).

A docente foi indagada sobre o desenvolvimento de seus alunos e mencionou os alunos W. e V., e outra aluna com síndrome de Down que passou a também conseguir deslocar-se sozinha até a instituição.

P1: “Temos esses que eu já citei e mais a L., que vem de Tomé-Açu sozinha, ela é Down e tem o agravante de autismo também, mas já possui essa autonomia de ir e vir. Ela vem pra cá pro AEE e faz educação física com a gente e participa das olimpíadas, ela é medalhista de ouro na modalidade corridas e a W. é nossa medalhista de ouro no arremesso”. [nomes omitidos]

A P1 destaca as premiações dos alunos como outro demonstrativo do quanto progrediram, mesmo com as

especificidades de cada deficiência. A Educação Física (EF) é outra atividade educativa que a APAE oferece a seus alunos, a qual os permite também participar de competições olímpicas, a fim de democratizar o acesso às atividades e competições desportivas.

Segundo Cardoso (2011), cada vez mais é possível observar a prática de atividades desportivas pelas pessoas com deficiência como uma forma de buscar a melhora da qualidade de vida destes, uma vez que esta prática permite estimular suas potencialidades e possibilidades, o que favorece seu bem-estar tanto físico quanto psicológico.

Nas APAEs realiza-se a Educação Física Adaptada, que é uma educação que visa a inclusão, fazendo modificações e ajustamentos nas atividades tradicionais da EF, de modo a permitir aos alunos com deficiência a participação com segurança nessas atividades, de acordo com suas capacidades funcionais (DRESCH, 2017). Os benefícios da EF para pessoas com deficiência são inúmeros, podendo-se citar, entre eles, a reabilitação e a prevenção de enfermidades futuras (MELO; LOPES, 2002).

Portanto, com base na literatura e também na própria fala das mães e professora, pode-se afirmar que os benefícios proporcionados pela prática das atividades desportivas realizadas na APAE Tomé-Açu representam grande impacto na reabilitação de seu público atendido.

Cardoso (2011) discorre de

outros benefícios para além da reabilitação física, psicológica e social, que a EF pode proporcionar às pessoas com deficiência, que são: melhoria geral da aptidão física; grandes ganhos de independência e autoconfiança para a realização de atividades da vida diária; autoconhecimento e autoestima.

Todos esses benefícios são percebidos nos alunos citados por P1, o que mostra a relevância da APAE Tomé-Açu para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos atendidos pela instituição.

Considerando a relação intrínseca que é estabelecida entre as APAES e a família dos atendidos, foi perguntado a P1 sobre o que ela observa desta relação, ao que foi respondido “Eu vejo que a gente ainda tem uma dificuldade com nossos pais, principalmente na questão do apoio financeiro. Nós passamos por muita dificuldade porque a APAE é uma associação de pais e amigos, a APAE não é da prefeitura, muita gente acha que a APAE é da prefeitura, mas quem sustenta a APAE são os pais e amigos, entendeu?”.

Percebe-se na fala de P1 que os pais nem sempre contribuem financeiramente com o valor simbólico pedido de contribuição mensal, o que acarreta em dificuldades para a compra de materiais para o trabalho com os atendidos. A professora afirmou ainda, em entrevista, que os materiais de artesanato que ela utiliza, em parte são custeados por recurso próprio, uma vez que sem materiais não tem como seu trabalho acontecer.

Percebe-se que P1 aponta para a necessidade de maior apoio financeiro dos pais dos alunos, vale ressaltar como a participação do governo faz-se indispensável, não apenas no pagamento dos funcionários, mas em políticas públicas voltadas para auxiliar o trabalho desenvolvido pela instituição.

Considerando as necessidades financeiras da APAE, aponta-se a necessidade de maiores políticas e incentivos governamentais para auxiliar no desenvolvimento das atividades e serviços oferecidos pela APAE Tomé-Açu. Afinal, a instituição oferece diversos serviços e atendimentos para a sociedade civil – especialmente para o público com deficiência –, algo que o próprio setor público não oferece, por mais que legalmente seja obrigado a isso, conforme preconizam diversas leis (BRASIL, 1988; 2010; 2015).

A falta de recursos das APAEs para realização de muitas de suas atividades sempre foi uma preocupação da APAE Brasil, uma vez que a maioria das instituições não dispõe de muitos recursos tanto financeiros quanto humanos, devidamente habilitados, sejam professores de artes, terapeutas e etc., e existe também carência de estrutura física para muitas APAEs (FENAPAES, 1999).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa permitiu compreender, em parte, a dinâmica de funcionamento da APAE Tomé-Açu, e o impacto positivo que traz para os atendidos e suas famílias, o

qual foi obtido por meio do diálogo com as mães entrevistadas e a contribuição da professora. Assim, os serviços e atendimentos oferecidos têm se mostrado satisfatórios para os usuários, neste sentido, evidenciamos o empenho da instituição para a garantia da promoção da autonomia e direitos de todos os envolvidos. Contudo, os esforços realizados pela instituição não são suficientes para suprir todas as demandas, como relatado pela mãe 2, neste sentido, evidenciamos a participação do governo municipal para o quantitativo de profissionais especializados que são insuficientes e que estão prejudicando a frequência dos atendimentos.

Além disso, a pesquisa mostrou, conforme relatado na literatura, como as atividades de desporto desenvolvidas na APAE são benéficas para a reabilitação e promoção de autonomia dos atendidos, sendo outro dos benefícios que a APAE oferece aos alunos.

Este estudo revelou o quanto a APAE Tomé-Açu se faz importante e até essencial para o público do município, por trazer inúmeros benefícios em nível de educação, assistência social e saúde às pessoas com deficiência do município. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir positivamente com novos dados científicos acerca da atuação das APAEs no Brasil, especialmente nas cidades do interior, além de incentivar outros estudos na área da educação especial e de instituições filantrópicas que atendem pessoas com deficiência no país.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 529-539, 2011.

DIAS, M. V.; MARQUES, F. R. B.; OLIVEIRA, R. M. B. de; BEZERRA, A. M.; ANDRADE, S. M. O. de; MARCHETTI, M. A. Relações pai-filho e o cuidado da criança com deficiência: olhar da equipe de saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e389101623647-e389101623647, 2021.

DRESCH, D. **Educação física na educação especial**. Monografia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, 2017.

FENAPAES, Federação Nacional das APAE. **Manual de arte educação: Uma dinâmica para o desenvolvimento**. – Brasília, 1999.

FENAPAES, Federação Nacional das APAES (2020). **Política de atenção integral e integrada da rede APAE**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Rede APAE.

GOMES, E. D. P.; CARVALHO, P. M. de; DUARTE, C. M. E; FREITAS, F. D. de; COSTA, F. N. T.; VILANOVA, T. K. R. F.; SOUZA, E. C. de. Vivência de extensão no sistema de saúde de Sobral. In: **12º Congresso Internacional da Rede**

Unida, 2016. Disponível em <https://media.apaebrasil.org.br/FENAPAES-CARTILHA-POLITICA-DE-ATENCAO-INTEGRAL-E-INTEGRADA-DA-REDE-APAE-Web.pdf>. Acesso: 10 out. 2022.

JANNUZZI, G. M.; CAIADO, K. R. M. **APAE: 1954 a 2011 algumas reflexões**. Campinas. Autores Associados. 2013.

KLEES, S. J.; EDWARDS JR., D. B. Privatization of education: experiences from the United States and elsewhere. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 11-30, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. atlas, 1996.

MARTINEZ, C. M. S.; COIMBRA, S.; FONTAINE, A. M. G. V.; FIGUEIREDO, M. de O.; MANZINI, M. G.; REBELLATO, M.; PERUZZO, C. F. B. Solidariedade, maturidade e ambivalência em avós e mães de crianças com deficiência: potencialidades e recursos nas trocas intergeracionais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, 2021.

MELETTI, S. M. F. **Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: Da política à instituição concreta** (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2006.

MELO, A. C. R.; LÓPEZ, R. F. A. O

Esporte Adaptado. **Revista Digital**, Buenos Aires, v.8, n.51, 2002.

MENDES, E. G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, p. 22-22, 2019.

MENDONÇA, T. A. A.; FÉLIX, T. A.; XIMENES NETO, F. R. G.; SILVA, R. C. da. Acolhimento à criança portadora de necessidades especiais: um espaço para a prática da humanização. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.**, v. 13, n. 1, 2013.

PINTO, V. S. B. O avanço da comunicação alternativa/aumentativa dos alunos com deficiência intelectual e múltipla inseridos na APAE de CASCAVEL–PARANÁ. **Apae Ciência**, v. 4, n. 1, 2015.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RAFANTE, H. C. **Helena Antipoff, as sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil**. (Tese de Doutorado). São Carlos-SP: Centro de Educação e Ciência Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

RAFANTE, H. C.; SILVA, J. H. da; CAIADO, K. R. M. **A Federação Nacional das Apaes no contexto da ditadura civil-militar no Brasil: construção da hegemonia no campo da educação especial**. 2019.

RAFANTE, H. C.; MELO, G. A APAE no Brasil: Relação entre a sociedade civil e o Estado na criação de políticas públicas para a Educação Especial (1954-1973). In Anais do **XIII Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana - CHIELA**, Montevideo: CHIELA, 2018.

SAVIANI, D. O estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, D. (Org.). **Estado e políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória, Es: Edufes, 2011.

SANTOS, A. T.; TAVARES, G. De J.; VIEIRA, S. N. S.; SANCHES, G. de J. C; SILVA, F. N.; SANTANA, G. de J.; SANCHES, I. C. B.; FRANÇA, L. S.; SILVA, M. S. P. da; GOMES, R. M.; SILVA, A. H. B. da; GARCIA, M. C. Desafios enfrentados por mães no tratamento de filhos com microcefalia. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 32, p. e1234-e1234, 2019.

SANTOS, N. G.; GONÇALVES, T. G. G. L; MANTOVANI, J. V. O público e o privado na educação especial: o caso da sociedade Pestalozzi no Brasil.

Revista Cocar, v. 9, n. 18, p. 350-377, 2015.

SERAPOMPA, M. T.; MAIA, S. M. Acolhimento e inclusão: da clínica ao acompanhamento escolar de um sujeito com Síndrome de Down. **Distúrbios da Comunicação**, v. 18, n. 3, 2006.

SILVA, A. B.; DAMAZIO, C. R.; SANTANA, L. S. de. Os desafios enfrentados pelas mães de crianças com necessidades especiais e a idealização do filho perfeito: vivências no cervac. **Psicologia. pt**, 2018.

SILVA, A. G. **O Movimento Apaeano no Brasil**: um estudo documental (1954-1994) (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

SILVA, E. M.; BERNARDES, R.; CHICON, J. F.; OLIVEIRA, I. M. de; SÁ, M. das G. C. S. de. Ser mulher cuidadora de pessoas com deficiência à luz da categoria gênero: reflexões a partir de um projeto de ensino/pesquisa/ extensão no campo da educação física. **Educación Física y Ciencia**, v. 21, n. 1, p. 11-12, 2019.

SOUZA, I. A. Diretivas antecipadas de vontade e pessoas com deficiência: exercício da autonomia privada existencial. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais. Evento Virtual**, v. 6, n. 1, p. 55-74, 2020.

SOUZA, I. A. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: curatela e saúde mental. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, v. 1, 2016.

SOUZA, I. A. O casamento das pessoas com deficiência mental no Brasil: Identidade, cultura e família. **Conpedi Law Review**, v. 4, p. 276-296, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VOLL, M.; WEBER, C.; ROSA, D. C. da. Como na relação entre pais e filhos se dá a autonomia? **Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura**, p. 137-147, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.